DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 6008/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/7642/2015
PROTOCOLO	: 1595821
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA
JURISDICIONADO	: YURI PEIXOTO BARBOSA VALEIS
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2015
RELATOR (A)	: CONS.RONALDO CHADID
VALOR	R$ 34.500,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO. AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Em exame o procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 022/2015-, a formalização e execução financeira do Contrato Administrativo nº 050/2015, celebrado entre o Município de Sonora /MS e a microempresa Carlos Rufino de Souza Leite, visando à contratação de empresa para fornecimento de ovos de páscoa para atender à gerência Municipal de Educação, Cultura e Lazer, no valor inicial da contratação de R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais).

Na análise técnica a 5ª ICE constatou que os documentos que instruem o procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 22/2015 -, a formalização e execução financeira do Contrato Administrativo nº 050/2015, atendem integralmente as disposições estabelecidas nas Leis 10.520/02, 8.666/93 e 4.320/64; bem como foram remetidos ao Tribunal de Contas de acordo com as exigências da Instrução Normativa 35/2011 (ANA-5ICE- 15641/2015- *f.156/160*).

O Ministério Público, por sua vez, opinou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização contratual e da execução financeira, conforme parecer acostado às *f.162* (PAR-MPC-GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO -6948/2016).

É o relatório.

Das razões de decidir.

O mérito da questão baseia-se na apreciação do procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 022/2015 -, a formalização e execução financeira do Contrato Administrativo nº 050/2015, celebrado entre o Município de Sonora /MS e a microempresa Carlos Rufino de Souza Leite.

Foram trazidos aos autos: o comprovante de autorização para realização da licitação, identificação do processo administrativo, pedido de reserva orçamentaria, nota de empenho, a indicação do objeto e valor estimado acompanhado da pesquisa de mercado, a publicação do edital, lei que estabelece o jornal como imprensa oficial, edital, publicação do resultado da licitação, decreto que designa o pregoeiro e equipe de apoio, parecer técnico ou jurídico, atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora, documentação de credenciamento e habilitação dos licitantes, atos de adjudicação e homologação, certidões negativas de débitos, cópias das propostas e dos documentos que a instruem, cópia da minuta de contrato ou documento equivalente e demais documentos exigidos pelo Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.1, B.1 da INTC/MS n. 35/2011.

O Contrato Administrativo nº 050/2015 contém em suas cláusulas os elementos essenciais: objeto, prazo de vigência, os preços e condições de pagamento, dotação orçamentária, as obrigações das partes, a rescisão contratual e as sanções administrativas, previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/93. Bem como, o extrato do contrato fora publicado, conforme do art. 61 *parágrafo único*, da referida lei e emitida a respectiva nota e empenho.

Assim, verifico por meio da documentação acostada aos autos que o procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 022/2015 - e o Contrato Administrativo firmado sob nº 050/2015 foram realizadas de acordo com as Leis 10.520/02 e 8.666/93.

A execução contratual foi devidamente comprovada da seguinte forma:

EXECUÇÃO FINANCEIRA

Valor inicial do contrato	**R$ 34.500,00**
Valor de Empenho	**R$ 34.500,00**
Despesa Liquidada	**R$ 34.500,00**
Pagamento Efetuado	**R$ 34.500,00**

A despesa foi devidamente empenhada, liquidada e paga, no montante

de R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais) de acordo com as normas de finanças públicas prescritas nos artigos 60 a 65 da Lei 4.320/64.

Dessa forma, tendo como suficientes as razões expostas pela 5ª ICE, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, nos termos do art. 120, inc. I, II e III da RNTC/MS nº 76/2013, **DECIDO** pela **REGULARIDADE** do *procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 022/2015 –, da formalização e execução financeira do Contrato Administrativo nº 050/2015*, celebrado entre o Município de Sonora /MS e a microempresa Carlos Rufino de Souza Leite, de acordo com o previsto nas Leis 10.520/02 , 8.666/93 e 4.320/64.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 4 de julho de 2016.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

SMA